

Tucano faz denúncias

ISRAEL TABAK

O vice-líder do PSDB na Câmara Federal, deputado Jackson Pereira, denunciou ontem que as fraudes no sistema público de Saúde não se resumem às falsificações de internações hospitalares e de consultas: "Tem gente que realiza até obras nos seus hospitais com dinheiro público e que faz *agrados* aos secretários estaduais de Saúde, usando esses recursos", denunciou o deputado, que foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as fraudes no extinto Inamps.

Jackson Pereira criticou o ministro da Saúde, Adib Jatene, por não ter estruturado um sistema de auditoria capaz que reprimir as fraudes, deixando essa tarefa para as secretarias estaduais de Saúde: "É como botar a raposa tomando conta do galinheiro. Rara é a secretaria que não tem hoje escândalos de fraude no uso do dinheiro da Saúde. Quando chega ao nível municipal, o escândalo fica maior. Tem prefeito que simplesmente se nega a distribuir dinheiro a quem não pertence ao seu esquema. Eles botam o dinheiro no bolso e arranjam notas frias para justificar a despesa. Infelizmente, muito poucos municípios no Brasil dispõem de uma organização comunitária eficiente, para fiscalizar as contas da saúde, o que seria o ideal", afirma Jackson Pereira.

Lobby — A falta de mecanismos para conter as fraudes é atribuída por auditores do ministério ao forte lobby da *bancada da Saúde* formada por 52 deputados, donos de hospitais conveniados com o sistema público de Saúde, ou que funcionam como seus testas-de-ferro. Apesar da reclamação constante sobre a má situação financeira dos hospitais, essa bancada já é a segunda maior da Câmara, logo depois da ruralista.

É um procedimento comum, quando algum hospital é glosado por irregularidades nas contas apresentadas, um deputado interceder e conseguir o chamado *pagamento administrativo*, pelo qual uma autoridade em posto de comando libera o pagamento, apesar dos problemas apontados pela auditoragem interna.

O complicador atual da situação é o fato de a grande maioria desses deputados pertencer a partidos que estão em processo de composição política com o governo federal, para formar a maioria necessária à execução das reformas constitucionais. É uma situação delicada porque o governo precisa conter os gastos do desperdício — resultantes de má gerência, fraude e corrupção — sobretudo nas áreas onde atua diretamente, como Saúde e Educação, o que é um dos principais requisitos na batalha contra a inflação.